

Homenagens, arte e história marcam 30º aniversário de instalação do TRT



A sessão alusiva ao 30º ano de instalação do Tribunal do Trabalho da 9ª Região contou com extensa programação cultural e homenagens no dia 13. No destaque, jantar em comemoração ao aniversário do TRT, em 14 de setembro

Os 30 anos da instalação do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, completados em 17 de setembro, foram comemorados com solenidade na tarde de 13 de setembro. A cerimônia, realizada no Plenário Presidente Pedro Ribeiro Tavares, homenageou o ministro João Oreste Dalazen, os ex-presidentes do TRT-PR, a procuradora-chefe do MPT-PR Lair Carmen Guimarães, o advogado Edésio Passos e a servidora Maria Aparecida Montalli em nome de servidores que ingressaram no TRT até 1977. Também constaram da programação apresentação musical, declamação poética, inauguração de novo espaço para a galeria de retratos dos presidentes do TRT, exposição de acervo histórico e jantar comemorativo.

p. 4 e 5

ENTREVISTA

Edmilson Antonio de Lima

Juiz do TRT-PR

"O país está necessitando urgentemente de reformas política, tributária e sindical, antes mesmo da reforma trabalhista e previdenciária". p. 2

NESTA EDIÇÃO

- Encontro de Magistrados e Gestores *p. 3*
- Núcleo "Trabalho, Justiça e Cidadania" *p. 6*
- TRT-PR inicia certificação digital *p. 7*
- Empossados três juízes *p. 8*

Entrevista

Edmilson Antonio de Lima

Juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

Louvável interação e rica troca de experiências



O magistrado Edmilson Antonio de Lima nasceu em Jacarezinho (PR), no ano de 1960. Bacharelado em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro na turma de 1981, foi advogado da Caixa Econômica Federal. Ingressou na magistratura do Trabalho no TRT da 11ª Região-AM no cargo de juiz substituído em dezembro de 1986. Atuou nas Varas do Trabalho de Manaus, de março de 1987 a maio de 1990. Nova aprovação em concurso público, mais uma vez em primeiro lugar, trouxe-o de volta ao Paraná. Na 9ª Região, foi substituído em VTs de Curitiba, Londrina, Jacarezinho, Paranavaí e Maringá. Em 1992, foi promovido a titular, cargo exercido nas Varas do Trabalho de Jacarezinho (1994-2001) e Maringá (1992/1994 e 2002/2006), onde acumulou a diretoria do respectivo Fórum Trabalhista. Em 9 de agosto foi convocado ao TRT, onde permaneceu até o momento da posse ocorrida em 4 de setembro (matéria na página 8). O magistrado, que atualmente cursa pós-graduação em Direito Material e Processual do Trabalho pelo Cesumar (Centro de Estudos Universitários de Maringá), atuou ainda como professor convidado da disciplina de Direito do Trabalho da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, de Jacarezinho, e como professor colaborador da cadeira de Direito Processual do Trabalho da Escola da Magistratura do Estado do Paraná, da mesma cidade.

Como o senhor vê as transformações da Justiça do Trabalho nesses quase vinte anos de experiência?

Assim como as relações de trabalho evoluíram nesse período, a Justiça do Trabalho também teve de se empenhar para acompanhar a modernização da economia, da política e dos avanços tecnológicos para corresponder às expectativas de uma sociedade ávida por uma Justiça célere, eficaz e comprometida com os valores sociais e com a conciliação dos conflitos de interesse entre capital e trabalho. Só para lembrar, nesse período ocorreram mudanças políticas (da ditadura para a democracia), alterações constitucionais, infraconstitucionais, diversas moedas, vários planos econômicos para combater e depois controlar a inflação, sucessivas alterações da política salarial, flexibilização (ou precarização, como queiram) das normas trabalhistas, extinção da representação classista, criação do procedimento sumaríssimo e, por fim, pelo menos por enquanto, a reforma do Poder Judiciário, principalmente a alteração da competência da Justiça do Trabalho para abranger relações de trabalho, danos morais, acidentes de trabalho, conflitos sindicais e penalidades administrativas, dentre outras. Além disso, ocorreu a extinção ou a sensível diminuição do poder normativo da Justiça do Trabalho. Existe ainda a possibilidade da instalação de Turmas Recursais no interior, visando à aproximação entre o Poder Judiciário e os jurisdicionados do interior, possibilitando que os juízes de segundo grau conheçam mais de perto a realidade dos locais de onde provêm os recursos que serão por eles julgados. Tais modificações eram até consideradas utópicas no início dos anos 80. Certamente, outras mudanças virão, mas não me atrevo a ser um novo Nostradamus. Entretanto, creio que o país está necessitando urgentemente de reformas política, tributária e sindical, antes mesmo da reforma trabalhista e previdenciária, estas últimas sempre comentadas pela imprensa e pelos políticos, pois a corda insiste em arrebentar deste lado... Passamos da máquina de escrever para a utilização em massa de computadores pessoais e "notebooks" possantes, além da utilização em massa da internet. Do telefone com fio para o telefone celular, além da

utilização do programa "Skype" e também da possibilidade de mensagens eletrônicas (e-mail) em escala mundial, com uma rapidez antes impensável. Do uso do rádio para ouvir as notícias e eventos nacionais e internacionais para a utilização de satélites para a transmissão ao vivo para as televisões domésticas. Da televisão em preto e branco para a TV colorida de plasma. Do vídeo-cassete para o DVD. Do disco de vinil (ou "long play") para o CD. E tantos outros avanços tecnológicos.... Tudo isso ocorreu não faz tanto tempo assim. Tenho apenas quarenta e uns anos e presenciei tudo isso, assim como todas as outras pessoas maiores de vinte anos. Essa evolução tecnológica certamente também contribuiu para a alteração dos comportamentos sociais, das normas jurídicas e também das instituições sociais, como é o caso da Justiça do Trabalho. **Qual a avaliação do senhor sobre a convocação de juízes de primeiro grau para atuarem no segundo grau?**

Acho que é uma ótima idéia e também uma excelente oportunidade para os juízes de primeiro grau conhecerem a sistemática de atuação dos juízes do Tribunal e sentirem as suas dificuldades diárias, principalmente com o volume de processos que não param de chegar e com a insuficiência de servidores para ajudá-los nessa empreitada. Além disso, durante o período de convocação os juízes tomam conhecimento das questões tratadas em todas as demais Varas do Trabalho do estado, do teor das sentenças proferidas por outros colegas, das argumentações de outros advogados, do posicionamento jurídico dos juízes de cada Turma do Tribunal e que também manifestam suas próprias conclusões em seus votos, o que, sem dúvida, constitui-se numa louvável interação e rica troca de experiências para todos os envolvidos. O ideal seria que não apenas os juízes de primeiro grau que atuam na capital pudessem ser convocados, mas também os juízes de outras localidades do estado, porém, nem sempre isso é possível por diversas questões, como custo de transporte, hospedagem e alimentação, além da falta de juízes auxiliares que possam ficar nas varas de origem daqueles convocados.

Qual a importância dos cursos de aperfeiçoamento e atualização para os juízes?

Com certeza, é de vital importância que os magistrados possam freqüentar os cursos de aperfeiçoamento e atualização, pois com o aumento da competência da Justiça do Trabalho, oriunda da Emenda Constitucional 45, de 2004, novas atribuições passaram a fazer parte do universo desta Justiça e exige que os juízes do trabalho estudem sobre as novas matérias que agora nos são afetas. Além disso, o próprio Direito do Trabalho continua sofrendo modificações, o que obriga que todos nós, juízes do trabalho, continuemos a estudar. Os cursos de aperfeiçoamento e atualização permitem também a troca de informações e experiência entre os juízes do trabalho, o que também é vital nos dias de hoje, pois não mais podemos ficar entocados em nossos gabinetes ou em nossas casas enquanto a dinâmica da vida exige uma maior integração e atualização de todos nós, sob o risco de ficarmos anacrônicos.

O senhor considera que as reformas do Poder Judiciário exigem nova postura do magistrado?

Acredito que os juízes do trabalho naturalmente têm compromisso com a justiça social, com a manutenção da dignidade do trabalhador, com o primado do trabalho e com o bem-estar social. A ampliação da competência da Justiça do Trabalho representa o reconhecimento constitucional dessa formação moral e intelectual dos juízes do trabalho, caso contrário não lhes confiaria questões sociais tão importantes como aquelas inseridas nas alterações promovidas pela EC 45/2004. Todavia, como dissemos anteriormente, somente essa postura e esse compromisso social não bastam para os juízes do trabalho desempenharem bem e fielmente as suas novas atribuições, pois devemos continuar estudando as novas questões de direito material e processual que agora passaram a ser de nossa competência. ■

A íntegra desta entrevista pode ser conferida em www.trt9.gov.br (notícias - Jornal Nona) e na intranet do TRT-PR.

NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUÍZA WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: JUÍZA ROSALIE MICHAEL BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUÍZ LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ACESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, MÁRCIO MIRA, MÁRCOS BADDINI, SORAYA WOLFF e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: CARLOS RYGGOLL, CARMEN ZIEGE, ARQUIVO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. APOIO: IRENE PIOKER, LUIZ MUNHOZ e MARINYR CHILA. ARTE FINAL: MÁRCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o Nona: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80240-010, Curitiba-PR - Fone/Fax: (41) 3310-7171 / ascom@trt9.gov.br.

EAJ promove o II Encontro de Magistrados e Gestores do TRT-PR

A Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná promoveu nos dias 14 e 15 de setembro, no Hotel Four Points Sheraton, em Curitiba, o II Encontro de Magistrados e Gestores do TRT da 9ª Região, reunindo cerca de 200 participantes entre juizes e servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento.

No dia 14 pela manhã o evento foi aberto pelo diretor da EAJ, juiz do TRT Ney José de Freitas, que enalteceu a participação maciça dos juizes e servidores no encontro. Frisou: "esperamos que seja profícuo e atinja os objetivos almejados".

Em seguida, o corregedor da 9ª Região da Justiça do Trabalho, juiz Luiz Eduardo Gunther, apresentou um relato das correições realizadas no primeiro semestre 2006, enumerando as impressões colhidas nas varas do trabalho visitadas.

Por sua vez, a presidente do TRT-PR, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, deu as boas-vindas a todos, manifestando a intenção da Administração do Tribunal em intensificar a capacitação de juizes e servidores. "Esperamos que este encontro proporcione a todos a ampliação da compreensão dos processos de convivência no ambiente de trabalho e da importância do papel do gestor para a produtividade, criatividade e motivação, ampliando a integração e a coesão das equipes", acrescentou.

"Educação corporativa: desenvolvendo a excelência profissional e organizacional", foi o tema de palestra apresentada na manhã do primeiro dia pela professora Marisa Eboli, da Universidade de São Paulo. No período da tarde, a professora Marisa comandou *workshop* sobre o projeto da Escola de Administração Judiciária. Divididos em grupos, os participantes analisaram e



Mesa de abertura, da esquerda para a direita, juiz José Mário Kohler, presidente da Amatra-IX; juiz do TRT Ney José de Freitas, diretor da EAJ; e as juízas Wanda Santi Cardoso da Silva e Rosalie Michaelae Bacila Batista, presidente e vice do TRT-PR

apresentaram conclusões sobre os diversos aspectos relacionados ao tema proposto no *workshop*.

No último dia houve palestras e apresentações de projeto na área de informática e prática em unidade judiciária. A primeira palestra foi do procurador do Trabalho da 15ª Região (Campinas-SP), Raimundo Simão, que abordou o tema "Prescrição nas ações de indenização por acidente de trabalho". Logo após, o titular da 3ª Vara do Trabalho de Paranaguá, juiz Leonardo Vieira Wandelli, abordou o tema "O Direito ao trabalho numa visão crítica dos direitos humanos".

No período da tarde a Secretaria de Informática do TRT-PR, apresentou o "Projeto Asa" e o titular da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais, juiz Bráulio Gabriel Gusmão, expôs o tema "Gerenciamento sistêmico do processo" que é colocado em prática naquela unidade, visando a que todos os servidores tenham conhecimento da tramitação processual.

Ao final foi realizada a conferência

"Trabalho vivo e direitos humanos na sociedade globalizada", pelo professor David Sánchez Rubio, titular de Filosofia do Direito da Universidade de Sevilha e co-diretor do Programa de Doutorado "Direitos Humanos e Desenvolvimento", da Universidade Pablo de Olavide, de Sevilha (Espanha).

Ao encerrar o encontro, a presidente do TRT da 9ª Região, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, concluiu que o evento atingiu plenamente o objetivo almejado, aproveitando para enaltecer a participação de juizes e servidores, bem como as atividades desenvolvidas.



Juiz do TRT Célio Horst Waldraff, coordenador da EAJ, apresentou o conferencista e professor David Rubio



Corregedor-regional, juiz Luiz Eduardo Gunther, faz relato das correições



Professora Marisa Eboli falou sobre educação corporativa e comandou workshop



Procurador do Trabalho Raimundo Simão, durante sua palestra



O juiz Leonardo Vieira Wandelli falou sobre trabalho e direitos humanos



O juiz Bráulio Gabriel Gusmão apresentou o "Gerenciamento sistêmico do processo"

Homenagens, arte e história marcam 30º aniversário de instalação do TRT

Solenidade na tarde de 13 de setembro comemorou os 30 anos da instalação do Tribunal do Trabalho da 9ª Região, completados em 17 de setembro. A cerimônia, realizada no Plenário Presidente Pedro Ribeiro Tavares, homenageou magistrados, servidores e instituições-irmãs, como o Ministério Público e a Advocacia.

Também constaram da programação apresentação musical clássica, declamação poética e inauguração de novo espaço para a galeria de retratos dos presidentes do TRT da 9ª Região e abertura de exposição de acervo histórico.

A cerimônia foi aberta com a leitura de um breve relato das transformações experimentadas pela Justiça do Trabalho no Paraná desde que, em 1976, ganhou autonomia administrativa, desvinculando-se da 2ª Região, sediada na capital paulista.

Em seu pronunciamento, a presidente da Corte, juíza Wanda Santi Cardoso da Silva, destacou o entrelaçamento da história do Tribunal com as do Estado do Paraná, do Direito e da Justiça do Trabalho. Acrescentou que ela é também indissociável da história de cada juiz, servidor, procurador e advogado. Ponderou que "sobretudo, não se dissocia das histórias que se descortinam dos frios autos do processo, cotidianamente aqui trazidas para desfecho selado pelas mãos da Justiça – por vezes, histórias de toda uma vida...". Citando Helena Kolody, arrematou aludindo ao ciclo de constante renovação, tal qual ocorre com as estações: "Caem as flores... de repente; brotam outras pelos ramos; murçam flores, surgem pomos; e a planta volta a semente".

HOMENAGENS

O ministro do TST João Oreste

Dalazen recebeu homenagem das mãos da vice-presidente do Regional, juíza Rosalie Michaele Bacila Batista. Em seguida, os ex-presidentes do TRT receberam homenagens, entregues por juízes em atividade na Corte (entre parênteses, os magistrados que as entregaram): Alcides Nunes Guimarães, falecido (Ney José de Freitas, ao servidor Alcides Guimarães Filho); ministro Luiz José Guimarães

Falcão (Fernando Eizo Ono, ao sobrinho do homenageado e também juiz do TRT Dirceu Buyz Pinto Junior); Pedro Ribeiro Tavares (Altino Pedrozo dos Santos, ao filho do homenageado e servidor do TRT Simão Pedro Tavares); Carmen Amin Ganem (não pôde comparecer); Tobias de Macedo Filho (Rosemarie Diedrichs Pimpão, à filha do homenageado Isabela de Macedo Almeida); José Montenegro Antero (Arnor Lima Neto); Leonardo Abagge, falecido (Luiz Celso Napp, à viúva Rineta Abagge); ministro Indalécio Gomes Neto (Márcia Domingues); Euclides Alcides Rocha (Dirceu Buyz Pinto Junior); Ricardo Sampaio (Fátima Teresinha Loro Ledra Machado); José Fernando Rosas (Ana Carolina Zaina), Pretextato Pennafort Tabora Ribas Netto (Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu); Adriana Nucci Paes Cruz (Sueli Gil El Rafihi);



Mesa de honra da solenidade, da esquerda para a direita o presidente da OAB-PR Manoel Antonio Oliveira Franco, a procuradora-chefe da PRT 9ª Região Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, a juíza-presidente do TRT-PR Wanda Santi Cardoso da Silva, o ministro do TST João Oreste Dalazen e o presidente da Amatra-IX juiz José Mário Kohler

Lauremi Camaroski (Ubirajara Carlos Mendes) e Fernando Eizo Ono (Sérgio Murilo Rodrigues Lemos). Dos ex-presidentes homenageados, apenas os juízes Tobias Filho e Fernando Ono permanecem na Corte.

Também recebeu homenagem a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, entregue pela juíza do TRT Nair Maria Ramos Gubert. Após, o juiz da Corte Célio Hörst Waldruff entregou homenagem ao advogado trabalhista Edésio Franco Passos, que é o profissional da advocacia com maior tempo de atuação perante a Justiça do Trabalho no Paraná. Encerrando as homenagens, a presidente Wanda Santi da Silva contemplou pessoalmente a servidora Maria Aparecida Bacarin Montalli – servidora em atividade na 9ª Região com mais tempo de serviço na Justiça



Juízes do TRT, homenageados, autoridades e convidados acompanham a execução dos hinos Nacional e do Estado do Paraná, durante a solenidade

do Trabalho (32 anos). Ela representou os outros 11 servidores que ingressaram na instituição até 1977 - todos nominados pelo cerimonial: Alcides Guimarães Filho, Aldenir Alberto de Oliveira, Almir Soares, Jorge de Lima Filho, José Carlos Canella, Juarez Varallo Pont, Miguel Elias Gariba, Osman César Bozzo Silva, Otávio Gomes de Sá Dourado, Renato Wolf e Simão Pedro Tavares.

RETRATOS E CANÇÕES

O ato solene contou com a apresentação de músicas de Vivaldi e Mozart, executadas por músicos integrantes da Orquestra Sinfônica do Paraná. A atriz Luciana Cañete declamou o poema "Payada das Primaveras", do poeta gaúcho Jayme Caetano Braun, ao som de harpa tocada pelo servidor Ubiracy Severo Franco de Godoy. Um novo espaço para a galeria de retratos dos presidentes do TRT-9ª, no *hall* de acesso aos plenários passou a compor a sobreloja. A fita inaugural foi desençada pela presidente do TRT e pelo ministro

do TST João Oreste Dalazen. A galeria conta agora com o retrato do juiz Fernando Eizo Ono (presidente no biênio 2004/2005). Por fim, os presentes puderam conhecer a exposição de acervo histórico (fotografias, mobiliário, autos de processos e equipamentos) da 9ª Região da Justiça do Trabalho, no andar térreo (*hall* de acesso à Biblioteca Professor Milton Vianna) do edifício-sede do Tribunal. Dentre outras fotos, estão expostas as que retratam juizes de diferentes épocas, os servidores pioneiros, edifícios-sede da Corte, prédios de Varas do Trabalho e eventos, como as posses presidenciais.

Além de representantes do TST e da PRT-PR, compareceram à solenidade as autoridades: presidentes da Amatra-IX, juiz José Mário Kohler; da Ordem dos Advogados do Brasil (PR), Manoel Antonio de Oliveira Franco, da Associação dos Advogados Trabalhistas do Paraná, Oderci José Bega e da Associação dos Juizes Classistas do

Paraná, Lauro Stellfeld Filho.

JANTAR E DIPLOMAS

Na noite de 14 de setembro, foi promovido jantar de confraternização, ao qual aderiram também procuradores, advogados, funcionários de bancos com postos nos prédios da Justiça do Trabalho em Curitiba, familiares e amigos. Cerca de 500 pessoas compareceram ao Restaurante Maggiore, em Curitiba. Na ocasião, o TRT prestou homenagem aos 13 servidores que, em 2006, completam 25 anos de atividade na 9ª Região da Justiça do Trabalho. Receberam o diploma "Jubileu de Prata": Álvaro Goinsky, Bruno Behr Neto, José Ernesto dos Santos, Maria Luiza Teixeira e Wilson Chedid Filho. Não puderam comparecer os servidores Bernardete Tibes de Souza Fernandes, Cid Gerard, Jorge Almeida Oliveira, José Carlos Soares, Maria José Canônico, Rosena Schmidt Gonçalves, Sarah Valente Battistella e Wilson Ken Onishi.



O ministro do TST João Oreste Dalazen recebe homenagem entregue pela vice-presidente do TRT-PR, juíza Rosalie Michaele Bacila Batista. Alcides Nunes Guimarães recebe em nome do seu pai, o primeiro presidente do TRT Alcides Guimarães Filho, homenagem das mãos do juiz do Tribunal Ney José de Freitas



Apresentação de músicos da Orquestra Sinfônica do Paraná



A atriz Luciana Cañete declama o poema "Payada das Primaveras", ao som de harpa tocada pelo servidor Ubiracy Severo Franco de Godoy



O ministro do TST João Oreste Dalazen e a juíza-presidente Wanda Santi Cardoso da Silva desençam fita inaugural da galeria de fotos dos presidentes do TRT



Exposição de fotos e acervo histórico do TRT



Juízes, servidores e convidados, durante jantar em comemoração aos 30 anos do TRT

Prequestionamento como pressuposto do recurso de revista versus negativa de prestação jurisdicional

A jurisprudência sedimentou, através da Súmula 356 do STF, como sendo um dos pressupostos específicos para o cabimento do recurso extraordinário, o prequestionamento, que, de forma sintética, é a emissão de juízo pelo órgão prolator da decisão sobre dada matéria.

Revela-se, então, prequestionada a matéria quando o acórdão a ela se refere especialmente. Caso contrário, o tribunal não poderá se manifestar sobre a questão, em virtude do princípio da devolutividade (inteligência da Súmula 297/TST).

Há doutrinadores que entendem que não é válido o pronunciamento implícito mas, por outro lado, inexistente que a decisão reproduza integralmente o dispositivo de lei que a parte recorrente alega ter sido violado. Conforme sublinha Estêvão Mallet, o importante “é que a aplicação desse dispositivo faça parte da fundamentação do julgado”. É exatamente o sentido da OJ 118 da SDI-1/TST, com o seguinte teor: “PREQUESTIONAMENTO. HAVENDO TESE EXPLÍCITA SOBRE A MATÉRIA, NA DECISÃO RECORRIDA, DESNECESSÁRIO CONTER NA REFERÊNCIA EXPRESSA DO DISPOSITIVO LEGAL PARA TER-SE COMO PREQUESTIONADO ESTE”.

O artigo 535 do CPC viabiliza às partes, pelos chamados embargos prequestionadores, a provocação do órgão jurisdicional a realizar a complementa-

ção do acórdão de que se pretenda recorrer extraordinariamente, sempre que a decisão recorrida não emitir juízo sobre determinada questão veiculada no apelo.

Para o ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral, “o prequestionamento sempre pressupõe que

O artigo 535 do CPC viabiliza às partes, pelos chamados embargos prequestionadores, a provocação do órgão jurisdicional a realizar a complementação do acórdão de que se pretenda recorrer extraordinariamente.

no acórdão revisando esteja revelado o juízo do órgão a quo sobre o tema veiculado no recurso extraordinário, sendo que os embargos declaratórios visam a tornar explícito o pronunciamento ou a ocorrência de vício de procedimento”.

Portanto, na hipótese de não haver emissão de tese explícita pelo órgão julgador, torna-se impossível, materialmente, proceder ao confronto entre a lei ou a jurisprudência colacionada e o acórdão, ainda que se vislumbre, em alguns casos, direito em potencial para o seguimento da revista.

As estatísticas resultantes dos despachos de admissibilidade dos recursos de revista espelham a realidade acerca do prequestionamento tentada pelas partes e o resultado dessa provocação através das decisões de embargos declaratórios, que muitas vezes

deixam de emitir tese, por conta do efeito protelatório, nem sempre evidenciado. A propósito, o STJ assentou que quando manifestados com notória intenção de prequestionamento, os embargos declaratórios não têm caráter protelatório (Súmula n. 98).

No âmbito do 9º Regional, vale destacar a iniciativa da Quarta Turma, através de seu presidente, juiz Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, que realizou recentemente uma pesquisa periódica para diagnosticar os fatores de incidência de negativa de prestação jurisdicional (art. 93, IX da CF), que ensejaram o recebimento da revista e a partir da identificação das causas de tal nulidade, apresentou-se uma proposta de solução para, inclusive, evitar a própria oposição de embargos declaratórios.

É com ações como esta que vemos a concretização do *feedback*, como objetivo final das estatísticas entregues às Turmas cujos dados, inclusive, com o novo programa (e-revista), doravante retratarão com total fidelidade as interpretações e manifestações dos órgãos jurisdicionados, visando, sobretudo, ao fim social da Justiça do Trabalho. Além da transparência almejada com tal serviço, busca-se, através de um trabalho desenvolvido junto às bases jurisdicionais, seja de primeira ou segunda instância, minimizar os efeitos das decisões regionais, refletidos em números astronômicos de recursos que deságuam no TST.

1ª fase do concurso para juiz do trabalho

Será realizada nos dias 18 e 19 de novembro a primeira fase do XX Concurso Público para Juiz Substituto da Justiça do Trabalho do Paraná. As provas de conhecimentos gerais de direito serão no Colégio Bom Jesus Nossa Senhora de Lourdes (R. Fioravante Dalla Stella, 90 - Cristo Rei), em Curitiba. A segunda fase, com prova de conhecimentos específicos, será realizada em data a ser divulgada posteriormente. As inscrições para o concurso encerram-se em 5 de outubro. Até o dia 18 de setembro, 157 candidatos fizeram suas inscrições ao concurso. Outras informações no site <http://www.fae.edu.br>.

Núcleo para informações jurídicas à população

Chegou ao Paraná em setembro o núcleo “Trabalho, Justiça e Cidadania” - iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Oficializado pela Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX), o núcleo tem por objetivo fornecer à população informações básicas sobre os direitos do trabalhador, do consumidor, da criança e do adolescente, além de informar sobre Direito Penal, Ética e cidadania. A instalação do núcleo, no âmbito do Paraná, foi coordenada pelo diretor de assistência social da Amatra, juiz do TRT-PR Márcio Dionísio Gapski. A primeira reunião aconteceu em 29 de setembro, na sede da Amatra-IX.

TRT-PR inicia certificação digital

Em 27 de setembro, juízes do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região deram início à implantação da certificação digital no Paraná.

Participaram do ato, pela Caixa Econômica Federal, Antelmo Coelho (gerente regional), José Tanaka (gerente geral) e Rosana Piasseta (gerente do PAB-TRT). Juízes do Tribunal acompanharam o procedimento e logo após deram início a seus cadastramentos.

A certificação digital é fruto de convênio firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, instituição capacitada para emitir os certificados. O Tribunal do Paraná dará início ao processo de licitação para adquirir as leitoras ópticas para leitura de cartões (*smart-card*). Pelo convênio, a Caixa será responsável pelo pagamento dos equipamentos.

Com o cadastro no sistema, os documentos digitais passam a ter valor legal, devido à garantia da identifica-



A juíza-presidente Wanda Santi Cardoso da Silva assina cadastramento observada pelo gerente regional da Caixa Antelmo Coelho



Juízes do TRT e gerentes da Caixa, acompanham pronunciamento da juíza-presidente Wanda Santi Cardoso da Silva durante o ato de implantação

de virtual do usuário.

Na prática, o certificado digital funciona como uma carteira de identidade virtual, que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em rede de computadores. O processo de certificação digital utiliza procedimentos lógicos e matemáticos para assegurar confidencialidade, integridade das informações e

confirmação de autoria.

Dentre as diversas vantagens com o certificado digital estão: autenticidade do emissor e receptor; envio e recebimento de informações por meio eletrônico com segurança da certificação digital; validade jurídica dos documentos eletrônicos reduzindo o volume de documentos impressos e eliminação de controles manuais.



A gerente do posto de atendimento da Caixa no TRT Rosana Piasseta cadastrando a juíza vice-presidente Rosalie Michaela Bacila Batista no sistema de certificação digital

PRT 9ª Região completa 30 anos com extensa programação

Um ciclo de conferências, o lançamento de um boletim especial e de um selo comemorativo marcaram o 30º aniversário de instalação da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região. Aberta com solenidade comemorativa, a programação incluiu conferências proferidas pelo ministro do TST Lélío Bentes Corrêa e pelos professores Estêvão Mallet e José Affonso Dallegrave Neto. Foram inaugurados espaços dedicados à memória da instituição no Paraná e aos retratos dos procuradores que já chefiaram a 9ª Região do MPT. Houve também exposição de obras da artista plástica Vera Lúcia de Araújo Costa Abagge. Atualmente chefiada pela procuradora regional Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães, a PRT da 9ª Região está expandindo seu processo de interiorização: já presente em Londrina, Maringá, Cascavel, Umuarama e Toledo, prepara-se para instalar escritórios também em Guarapuava, Foz do Iguaçu, Campo Mourão e Ponta Grossa.

TRT Responde

O quadro "Justiça do Trabalho Responde" na Rádio Clube B2 - AM (1.430 KHz), dos meses de agosto e setembro contou com a participação dos juízes Célio Horst Waldruff (TRT), Márcio Dionísio Gapski (TRT), Cássio Colombo Filho (18ª VT de Curitiba), José Mário Kohler (presidente da Amatra-IX, 1ª VT de Paranaguá), Luciano de Toledo Coelho e Felipe Magalhães Calvet (substitutos). É veiculado às terças-feiras, às 9h30, no programa "Jornal da Clube". Dúvidas trabalhistas podem ser encaminhadas ao programa pelo e-mail trtresponde@trt9.gov.br.

Juiz Edmilson Antonio de Lima toma posse no TRT-PR

O magistrado Edmilson Antonio de Lima tomou posse como juiz do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em 4 de setembro. Ele foi promovido pelo critério de antigüidade para ocupar vaga decorrente da aposentadoria do juiz Nacif Alcure Neto.

O ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeando o magistrado foi publicado no Diário Oficial da União de 4 de setembro. O juiz integra a 1ª Turma do TRT-PR.

Juízes, servidores e demais convidados participaram da cerimônia no gabinete da Presidência do TRT-PR. O juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da VT de São José dos Pinhais, pronunciou-se em nome da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná. A presidente do Tribunal, em seu discurso, falou sobre a car-



Juiz Edmilson Antonio de Lima prestando juramento durante sua posse no TRT-PR

reira do juiz Edmilson e teve elogios ao desempenho do magistrado no primeiro grau da Justiça do Trabalho.

Avaliação mostra saúde dos servidores do TRT-PR

Em parceria com a Unimed-Curitiba, o TRT do Paraná promoveu levantamento das condições de saúde do seu quadro funcional, através de questionário médico, com o objetivo de coletar subsídios para o planejamento e implementação de um eficiente programa de medicina preventiva. Referido questionário foi enviado a todos os magistrados e servidores da 9ª Região, com retorno de 1.410 formulários preenchidos. Os dados mostram, entre outros aspectos, que a metade dos respondentes afirmou não praticar atividade física e quase 30% apresentam-se com sobrepeso, sendo que 112 pessoas enquadraram-se nos índices de obesidade, em seus diferentes graus de classificação. Os números relativos à diabetes revelaram que 334 pessoas estão propensas a desenvolver a doença, por apresentarem fatores de risco. A análise dos dados referentes à hipertensão demonstrou um alto índice, 98,77%, de indivíduos propensos a ter hipertensão, em decorrência de apresentarem dois ou mais fatores de risco. Ainda, cerca de 54% dos respondentes relatam sofrer dor nas costas e 42% de dores de cabeça ou enxaqueca. Confirmam sofrer algum grau de depressão, 228 pessoas, enquanto 36% consideram-se estressadas. Dos respondentes, 30% revelam que ainda não realizam anualmente os exames preventivos de câncer, ao passo que 50% dos homens não o fazem. Os resultados completos da pesquisa estão disponíveis para consulta na Intranet2, no caminho: Adm.; e-RH; Saúde/Benefícios; Área Médica; Questionários – Condições de Saúde TRT.

Juízes do Trabalho Substitutos são empossados



Foram empossados no dia 13 de setembro, dois juízes substitutos na 9ª Região da Justiça do Trabalho: Alexandre Augusto Campana Pinheiro e Kassius Stocco (na foto, o primeiro à esquerda).

Através de remoção entre TRTs, passou a integrar o quadro de substitutos na Justiça do Trabalho do Paraná o juiz Alexandre Augusto Campana Pinheiro, que até então atuava no mesmo cargo na 23ª Região (estado de Mato Grosso).

O juiz Kassius Stocco foi nomeado mediante permuta

com a 2ª Região (região metropolitana São Paulo e litoral), para a qual foi transferida a juíza Glenda Regine Machado.

A permuta e a remoção foram autorizadas, mutuamente, pelo Órgão Especial do TRT paranaense, bem assim pelos Regionais da 2ª e 23ª Regiões, conforme o caso. Ainda, a partir de 21 de setembro, foi declarado vago, por ato da Presidência, o cargo de juiz do trabalho substituto ocupado por Rodrigo Trindade de Souza, face a sua remoção para o TRT da 4ª Região (Rio Grande do Sul).

Jornada de Saúde do TRT será em novembro

De 8 a 10 de novembro, das 9 às 19h, no Bristol Multy Ambassador Hotel - Visconde do Rio Branco, 1338 - será realizada a 7ª Jornada da Saúde e Qualidade de Vida no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. O objetivo do evento, organizado pelo SERBEIN/SRH (Serviço de Benefícios), é a discussão da saúde e qualidade de vida no dia-a-dia dos servidores, através de palestras, oficinas e mini-cursos, com diferentes temas e abordagens. A Jornada será aberta aos juízes, servidores e aposentados. As inscrições poderão ser feitas através da intranet. Nos mesmos dias também serão apresentados os trabalhos e habilidades artísticas dos servidores, no 4º Projeto Talento Arte e Manha. As inscrições para apresentação de trabalhos ou performance vão até 6 de outubro de 2006, através do preenchimento de ficha de inscrição. Depois de inscritos os materiais para exposição podem ser enviados por correio, devidamente embalados, ou pessoalmente na recepção do Serbein, entre os dias 23 e 30 de outubro de 2006, na Vicente Machado, 400, 5º andar. Outras informações sobre essa mostra podem ser obtidas na Intranet2: ADM/eRH/saúdebenefícios/psicologia ou no e-mail talentos@trt9.gov.br Telefones: (41) 3310-7111, 3310-7078 e 3310-7433.